



PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O SEQUESTRO DA DEMOCRACIA E A DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DE MATO GROSSO

Ualter dos Santos Rojas¹

Adriana Marangueli da Silva²

Rosemeyre Pinheiro de Oliveira³

INTRODUÇÃO

O golpe ocorrido em 2016, contra uma presidenta eleita, possibilitou o avanço da influência do pensamento neoliberal no desenvolvimento de políticas públicas, sobretudo no campo educacional, iniciando-se uma escalada no sequestro da democracia dentro das redes de ensino, com desvalorização dos profissionais da educação e fortalecimento do gerencialismo e da privatização em suas diversas faces (PERONI; OLIVEIRA, 2020).

Deste modo, buscamos apresentar dados parciais das dissertações dos autores, além daqueles sistematizados pelo projeto de pesquisa coordenado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Planejamento, Política e Gestão da Educação (GEPEGE/PPGEDU-UNEMAT), que tem por objetivo mapear os processos de privatização nas redes municipais de ensino do estado de Mato Grosso.

Para compreendermos os processos neoliberais ocorridos nas redes municipais de ensino de Mato Grosso, apoiamo-nos em Belfield e Levin (2004) para o enfoque do conceito de privatização:

¹ Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Técnico Administrativo Educacional, Várzea Grande, MT. E-mail: ualter.rojas@unemat.br.

² Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Professora da Educação Básica, Curvelândia, MT. E-mail: adriana.marangueli@unemat.br.

³ Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Professora da Educação Básica, Cáceres, MT. E-mail: pinheiro.oliveira@unemat.br.



O termo "privatização" é uma designação genérica de vários programas e políticas educativas que podem ser globalmente definidos como "a transferência de atividades, provisão e responsabilidades do governo/instituições e organizações públicas para indivíduos e organizações privadas". (BELFIELD; LEVIN, 2004, p. 17)

Rikowski (2017) pontua que, nesse processo, as unidades ou redes escolares permanecem sendo públicas, mas transferem a responsabilidade de controle e definição de conteúdos para o setor privado. Alguns exemplos dessa transferência de responsabilidades são a contratação de sistemas privados de ensino, parcerias para formação de lideranças educacionais, formação pedagógica dos profissionais da educação, aquisição de sistemas de gestão, dentre outros.

Segundo Caetano e Costa (2018, p. 256), "no contexto atual de redefinição do papel do Estado, ganham força as estratégias de privatização do público e das parcerias com o terceiro setor mercantil como fundações, institutos ligados a empresas do mercado". Assim, esse processo de transferências de responsabilidades sob o subterfúgio de ofertar à sociedade uma educação de "qualidade", fortalece a inserção e permanência do setor privado na educação. Acerca desse caminho, apresentamos a seguir uma síntese dos dados coletados sobre as faces da privatização da educação básica em municípios do Estado de Mato Grosso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de elaboração e implementação de políticas neoliberais que buscam favorecer o setor privado costuma ser justificado em razão de uma suposta tentativa de "melhorar" a eficiência e a qualidade dos serviços públicos. Mas, qual o custo para a sociedade, as redes de ensino e unidades escolares?

Iniciamos nossa discussão através de uma breve análise do sequestro da democracia no ambiente escolar, devida à contratação de empresas privadas para a oferta de materiais didáticos, em que a Prefeitura Municipal opta por não utilizar os livros didáticos fornecidos pelo Programa Nacional do Livro



Didático (PNLD), para ofertar aos estudantes um material elaborado pelo setor privado. Essa oferta pode ocorrer em todos ou em alguns níveis e/ou etapas escolares, conforme podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Empresas privadas contratadas por municípios para a oferta de sistemas privados de ensino

Município	Empresa Privada
Água Boa	Editora OPET LTDA
Campo Verde	Sistema Educacional Família e Escola
Campo Novo do Parecis	Sistema Educacional Família e Escola
Confresa	Gráfica Editora Guteplan LTDA
Gaúcha do Norte	Editora Positivo LTDA
Peixoto de Azevedo	Editora Positivo LTDA

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os municípios listados no quadro representam uma parte de todos aqueles que optaram pela realização de contratos com empresas privadas para a oferta de materiais didáticos, causando um impacto financeiro aos cofres públicos, visto que se trata de material que é ofertado gratuitamente pelo PNLD. Adrião (2018) alerta que a privatização do currículo sequestra a autonomia dos professores de escolherem o livro didático que mais se adequa à realidade de seus alunos, para receberem um material engessado, que define o que, como e quando ensinar.

A situação se agrava quando essas empresas são contratadas também para prestar assessoria pedagógica aos professores e à gestão escolar, de modo a definir o caminho que as escolas devem seguir.

Se, por um lado, há celebração de contratos com aportes financeiros, por outro, existem acordos de cooperação ou parcerias público-privadas que não preveem a transferência de recursos financeiros públicos para sua execução. Sobre isso, apoiamo-nos em Rikowski (2017) e em Peroni e Oliveira (2020) para compreender que existem duas formas singulares de privatização no âmbito educacional: a primeira é a privatização da educação, que tem por objetivo converter as receitas públicas em lucro para o setor privado; a segunda, é a privatização na educação, que busca controlar os



conteúdos e influenciar na elaboração de políticas públicas que beneficiem o privado.

Conhecido por atuar diretamente na formulação de políticas públicas educacionais, o Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação celebrou, com a Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, o Acordo de Cooperação nº 001/2022, que prevê a promoção de um,

[...] amplo programa de desenvolvimento pessoal e profissional para os gestores da sua rede de ensino, tendo como foco primordial a redução das desigualdades e a oferta de educação de qualidade para cada um dos seus estudantes. (MATO GROSSO, 2022, p. 899).

O Programa de Formação de Lideranças Educacionais tem como objetivo fortalecer o compromisso e a “capacidade” dos servidores que atuam nos setores administrativos. Peroni e Oliveira (2020), ao analisarem o termo de parceria entre a Fundação Lemann e a Secretaria de Estado de Educação de Alagoas, apontam que

alguns pontos do termo de parceria revelam a ênfase gerencialista, por meio do caráter fiscalizador sobre as ações dos gestores, para garantir o cumprimento dos conteúdos/atividades, padronizados, como condição para a certificação do curso (PERONI; OLIVEIRA, 2020, p. 10).

Embora sejam termos firmados entre entes federados distintos, verificamos os mesmos elementos no acordo celebrado com a Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, em especial nos itens 5.2 a 5.2.6 que tratam sobre as obrigações do Centro. Novamente, nos esbarramos em um novo questionamento: Não há, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município, profissionais lotados e aptos a proporcionarem formação continuada aos demais servidores?

Pensando nisso, buscamos no Censo Escolar de 2020 e no Laboratório de Dados Educacionais (UFPR) o número de docentes com pós-graduação lotados em de Várzea Grande, e identificamos que existem 1.011 docentes, dos quais 489 possuem especialização em nível *lato sensu* e 14 possuem mestrado ou doutorado. Ou seja, com esse quadro especializado de docentes é possível desenvolver cursos, seminários e eventos de formação continuada.



Trata-se da valorização dos profissionais pertencentes aos quadros de servidores da própria secretaria municipal de educação, que estão inseridos na realidade e sabem das necessidades das escolas. Ademais, cabe destacar a possibilidade de a secretaria firmar parcerias com Universidades Públicas para a oferta de cursos para os seus profissionais.

CONSIDERAÇÕES

O processo de coleta de dados para a elaboração das pesquisas em andamento tem desvelado, a cada dia, o avanço silencioso do setor privado nas redes municipais de educação, sequestrando a democracia arduamente conquistada e que está se esvaindo através de políticas neoliberais que valorizam os interesses do setor privado, sob o subterfúgio de “construir um município/estado mais eficiente”.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. **A privatização da educação: causas e implicações**. Lisboa, Portugal: Edições ASA, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 2020. Brasília: MEC, 2020.

CAETANO, Maria Raquel; COSTA, Marilda Oliveira. Gerencialismo, Internacionalização da educação e o papel da Teach for all no Brasil. **Educação em Questão**. v. 56, n. 47, p. 249-275, jan./mar. 2018.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS. **Número de docentes**. 2022. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/docentes>. Acesso: 09 jun. 2022.

MATO GROSSO. Prefeitura Municipal de Várzea Grande. **Acordo de Cooperação nº 001/2022**. Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios. Ano



XVII, nº 3.953. 2022. Disponível em:

https://media.diariomunicipal.org/publicacoes/2022/4/4/9571_b604a981-2905-4056-8f74-94b7760e93c6_2022-04-04.pdf?d=1. Acesso em 08 jun. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista**. v. 36. e77554, 2020.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.